NARRATIVAS VISUAIS E CONSTRUÇÃO DE SENTIDO: A ARTE COMO LINGUAGEM NA FORMAÇÃO DA LEITURA E DA SUBJETIVIDADE



MARTA DE ARAÚJO CARVALHO
Graduação em Letras Português e Inglês pela Faculdade UNIJALES, conclusão em 10 de Dezembro de 2025. Especialista em Pedagogia pela Faculdade UNINOVE, conclusão em 08 de Janeiro de 2010. Professora de Educação Infantil e Fundamental I na Emei Najla Curi Izar.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, as influências das manifestações artísticas e das vivências humanas na constituição da expressão e da comunicação do indivíduo. Parte-se do pressuposto de que tais experiências contribuem para a elaboração de angústias primárias e para o processo de autoconhecimento, permitindo ao sujeito registrar sua presença no mundo por meio de diferentes formas de linguagem. O desenvolvimento da comunicação acompanha a trajetória da humanidade desde as pinturas rupestres até as manifestações artísticas contemporâneas. Nesse percurso, a criatividade apresenta-se como elemento central, atuando como mediadora da construção simbólica e expressiva, especialmente quando associada a práticas lúdicas. As produções humanas, sobretudo nos anos iniciais da vida, revelam aspectos fundamentais do desenvolvimento cognitivo, emocional e social, embora tenham sido historicamente subvalorizadas. A análise bibliográfica evidencia que os registros infantis constituem expressões legítimas de pensamento e comunicação e contribuem para compreender a evolução da criatividade e das manifestações comunicativas nas diferentes fases da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Arte; Criatividade; Registro; Infância; Expressão.

INTRODUÇÃO

As manifestações artísticas acompanham as transformações da sociedade, desenvolvendo-se na mesma proporção em que os indivíduos ampliam suas percepções sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Ao longo do tempo, as mudanças sociais, culturais e tecnológicas influenciam diretamente as formas de expressão humana, refletindo-se nas diferentes linguagens utilizadas para comunicar ideias, sentimentos e experiências.

Desde os primeiros registros da humanidade, observa-se a necessidade de expressão e de comunicação por meio de diferentes suportes e linguagens. As pinturas rupestres, as esculturas, as produções pictóricas, as manifestações musicais e a própria linguagem verbal constituem formas pelas quais o ser humano registra sua existência e constrói sentidos sobre o mundo que o cerca. Esse movimento revela não apenas uma necessidade comunicativa, mas também um processo contínuo de construção de identidade.

Diferentemente de outras espécies, o ser humano desenvolve uma relação simbólica com o mundo, marcada pela necessidade de pertencimento e pela produção de registros que representem sua trajetória e suas experiências. Ao longo do desenvolvimento, esse processo se manifesta de formas distintas: a criança busca compreender o mundo por meio da experimentação e da expressão simbólica; o jovem constrói sua identidade a partir das relações sociais; e o adulto enfrenta constantes ressignificações entre suas experiências passadas e suas perspectivas futuras.

Nesse contexto, as produções gráficas e artísticas assumem papel fundamental, pois funcionam como meios de expressão e de construção de significado. Seja por meio da escrita, do desenho ou de outras linguagens visuais, o indivíduo manifesta suas percepções internas e suas relações com o meio social. A necessidade de pertencimento, muitas vezes tensionada pelas dinâmicas sociais, encontra nessas produções um espaço de expressão e reconhecimento.

A arte, presente no cotidiano humano, manifesta-se tanto nas ações mais simples quanto nas produções mais elaboradas, sendo atravessada por elementos identitários que se expressam nos traços, nas cores e nas formas. Nesse sentido, as manifestações artísticas não apenas refletem a subjetividade do indivíduo, mas também possibilitam processos de transformação, ao permitir a externalização de sentimentos, reflexões e experiências.

Diante disso, este artigo propõe discutir de que maneira as manifestações artísticas contribuem para a construção da comunicação e da identidade humana, bem como compreender como essas produções são percebidas e interpretadas ao longo do desenvolvimento, especialmente no que se refere às expressões infantis. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada em autores dos campos da Arte-Educação, do desenvolvimento humano e da educação da infância.

ARTE E LINGUAGEM: OS PRIMEIROS REGISTROS DA EXPERIÊNCIA HUMANA

As origens da arte na trajetória da humanidade estão diretamente vinculadas às primeiras tentativas de registro e comunicação do ser humano. Desde tempos remotos, o desenho constituiu-se como uma das principais formas de expressão, permitindo ao indivíduo representar suas vivências, percepções e relações com o mundo.

A capacidade criativa, nesse contexto, apresenta-se como uma característica inerente à condição humana, sendo continuamente desenvolvida a partir das interações estabelecidas com o meio. Conforme aponta SANS (2001), essa potencialidade não se limita a aspectos internos, mas é também influenciada por fatores culturais, sociais e históricos que atravessam o sujeito ao longo de sua formação.

Inserido desde o nascimento em um contexto marcado por múltiplas dimensões — sociais, culturais e psicológicas —, o indivíduo estabelece vínculos com o ambiente e com os outros sujeitos. Nesse processo, a arte assume função estruturante, uma vez que possibilita interpretar e representar a realidade, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais, como seleção, organização e classificação das informações (BUORO, 2001).

Ao considerar o campo educacional, percebe-se que as concepções de ensino da arte foram sendo transformadas ao longo do tempo, acompanhando mudanças mais amplas na sociedade. Em um primeiro momento, no modelo da escola tradicional, o ensino artístico estava voltado à reprodução de padrões e à formação técnica, priorizando a preparação para o trabalho. Posteriormente, com a influência da escola nova, a arte passa a ser compreendida como espaço de livre expressão, valorizando a espontaneidade do sujeito.

Em abordagens posteriores, como a perspectiva libertadora, a arte ganha caráter interdisciplinar, dialogando com diferentes áreas do conhecimento. Já na vertente crítico-social dos conteúdos, enfatiza-se a necessidade de domínio teórico por parte do educador, enquanto o construtivismo reconhece a arte como elemento essencial no processo de aprendizagem, atribuindo-lhe papel ativo na construção do conhecimento (IAVELBERG, 2003).

No cenário brasileiro, a consolidação da arte como componente curricular reflete avanços importantes na legislação educacional. A Lei nº 5.692/1971 instituiu a obrigatoriedade da Educação Artística, ainda que inicialmente concebida como atividade complementar. Somente com a Lei nº 9.394/1996 é que a arte passa a ser reconhecida como disciplina obrigatória nos diferentes níveis da educação básica, fortalecendo sua relevância no processo formativo (IAVELBERG, 2003).

No que diz respeito à infância, é possível observar que as primeiras formas de comunicação da criança se manifestam por meio de produções simbólicas, sendo o desenho um dos principais instrumentos dessa expressão. Ao interagir com diferentes linguagens artísticas, a criança amplia sua capacidade de compreender o mundo, estabelecendo relações entre experiências, objetos e significados.

De acordo com documentos oficiais da educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), o ensino da arte favorece o desenvolvimento da comunicação e da atribuição de sentidos, permitindo que a criança interprete elementos como cores, formas, sons e movimentos a partir de suas vivências.

Nesse sentido, a criatividade assume papel central no desenvolvimento humano, não apenas como forma de expressão, mas também como recurso fundamental para a resolução de problemas e adaptação às diferentes situações da vida cotidiana. Trata-se de uma competência que potencializa a inovação e amplia as possibilidades de ação do indivíduo no mundo.

A inserção da arte no contexto educacional, portanto, deve priorizar o estímulo ao pensamento criador, evitando a dissociação entre imaginação e cognição. Conforme ressalta SANS (2001), é essencial que o processo educativo valorize experiências que integrem esses aspectos, promovendo aprendizagens mais significativas.

A Arte-Educação, nesse cenário, configura-se como base para o desenvolvimento da sensibilidade, da percepção e da imaginação. Considerando que a criança se encontra em

constante processo de construção de conhecimento, observa-se que ela expressa suas percepções com maior liberdade por meio de linguagens como o desenho, a música, a dança e o teatro, o que favorece a ampliação de suas capacidades cognitivas e emocionais.

A ausência dessas experiências pode limitar o desenvolvimento integral da criança. Em contrapartida, a presença da arte no cotidiano escolar contribui para a construção de ambientes mais significativos, nos quais a aprendizagem ocorre de forma lúdica e contextualizada. Por meio dessas vivências, a criança comunica sentimentos, expressa desejos e evidencia aspectos de sua subjetividade, possibilitando ao educador uma compreensão mais aprofundada de seu desenvolvimento.

Entretanto, é importante destacar que, embora a arte promova liberdade de expressão, ela também exige organização e mediação pedagógica. A construção de um ambiente estruturado, que respeite as produções infantis, favorece não apenas a expressão individual, mas também o desenvolvimento de noções de respeito, limites e convivência.

Dessa forma, cabe ao educador atuar como mediador desse processo, garantindo que a criança possa expressar-se de maneira autêntica, sem imposições que restrinjam sua criatividade. Ao mesmo tempo, é necessário oferecer condições que estimulem o interesse e o envolvimento com as práticas artísticas, fortalecendo o vínculo entre o sujeito e a produção de sentido por meio da arte.

INFÂNCIA, APRENDIZAGEM E PRODUÇÃO DE SENTIDO

Na contemporaneidade, a compreensão acerca da escolarização na primeira infância ainda apresenta fragilidades, sendo frequentemente atravessada por expectativas que não correspondem às especificidades dessa etapa do desenvolvimento. Em muitos contextos, o processo educativo é analisado a partir de parâmetros inadequados, desconsiderando fundamentos teóricos que sustentam a complexidade das aprendizagens infantis.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, essa etapa constitui a base da educação básica, sendo desenvolvida em instituições que têm como função educar e cuidar de crianças de zero a cinco anos, em ambientes que promovem interações e experiências significativas (BRASIL, 2010). Nesse sentido, as práticas pedagógicas devem priorizar as relações estabelecidas entre as crianças e seus pares, bem como as vivências construídas por meio do brincar.

Entretanto, observa-se que, em determinados contextos, há uma valorização exacerbada de processos formais de alfabetização, o que pode gerar pressões incompatíveis com o desenvolvimento infantil. Essa antecipação de conteúdos desconsidera os ritmos próprios das crianças e pode comprometer experiências fundamentais para a construção de aprendizagens significativas.

Cabe considerar que o processo de aprendizagem não ocorre de maneira homogênea. Cada criança constrói seu percurso de forma singular, a partir das interações que estabelece com o meio e das experiências que vivencia. Ainda que expostas a estímulos semelhantes, as respostas e as formas de assimilação variam, evidenciando a complexidade do desenvolvimento humano.

Sob essa perspectiva, Ramos (1991) ressalta que o indivíduo é constituído por múltiplas dimensões — físicas, cognitivas e morais — que envolvem tanto aspectos hereditários quanto experiências adquiridas ao longo da vida. Dessa forma, a construção da personalidade está diretamente relacionada às vivências da infância e às relações estabelecidas no ambiente social.

Corroborando essa perspectiva, Cerqueira (2000) aponta que cada sujeito desenvolve modos próprios de aprender, caracterizados como estilos de aprendizagem. Conforme a autora:
O estilo que um indivíduo manifesta quando se confronta com uma tarefa de aprendizagem específica [...] é uma predisposição do aluno em adotar uma estratégia particular de aprendizagem. (CERQUEIRA, 2000, p. 36)

A partir dessa compreensão, reconhece-se que as crianças podem apresentar diferentes formas de apreensão do conhecimento, frequentemente classificadas como visual, auditiva e cinestésica. Essas variações indicam a necessidade de práticas pedagógicas que considerem a diversidade de experiências e modos de interação com o mundo, valorizando múltiplas linguagens no processo educativo.

As primeiras experiências de aprendizagem têm início no contexto familiar, onde a criança estabelece contato inicial com o ambiente por meio dos sentidos. Elementos como cores, sons, texturas e movimentos constituem as primeiras referências perceptivas, que serão progressivamente ressignificadas ao longo do desenvolvimento.

À medida que amplia sua capacidade de interação, a criança passa a explorar o mundo de forma mais ativa, manipulando objetos, experimentando ações e atribuindo novos significados às suas experiências. Esse movimento contínuo de experimentação caracteriza o processo de construção do conhecimento, no qual cada vivência contribui para a elaboração de aprendizagens singulares.

Durante a infância, todas as experiências assumem papel formativo, desde os primeiros vínculos afetivos até as interações sociais mais complexas. A forma como essas vivências são estabelecidas influencia diretamente o desenvolvimento futuro do indivíduo, impactando suas relações, sua aprendizagem e sua inserção social.

Nesse sentido, Piccinin (2012) enfatiza a relevância da primeira infância como base para o desenvolvimento humano, ao afirmar que:
[...] a base para as aprendizagens humanas está na primeira infância [...] a qualidade de vida nesse período influencia diretamente o desenvolvimento futuro do indivíduo. (PICCININ, 2012, p. 38)

Diante desse cenário, as práticas artísticas assumem papel significativo no desenvolvimento infantil, uma vez que possibilitam à criança explorar, criar e expressar-se a partir de suas próprias percepções. Diferentemente de atividades pautadas por modelos rígidos, a arte favorece a autonomia e a construção de sentidos, permitindo que a criança interprete o mundo de maneira singular.

Assim, as produções artísticas tornam-se importantes indicadores dos processos de aprendizagem, revelando como a criança organiza suas experiências e atribui significado às suas vivências. Mais do que resultados estéticos, essas produções expressam modos de pensar, sentir e compreender o mundo.

Dessa forma, a arte na Educação Infantil deve ser compreendida como linguagem fundamental, que contribui para o desenvolvimento integral da criança. Ao respeitar suas singularidades, seus tempos e suas formas próprias de aprendizagem, cria-se um ambiente mais sensível, inclusivo e significativo, no qual o conhecimento é construído a partir da experiência, da interação e da expressão.

ARTE, EXPRESSIVIDADE E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

A arte pode ser compreendida como um campo complexo que atravessa diferentes dimensões da experiência humana. Para examinar essa complexidade, João Francisco Duarte Júnior (1991) propõe três eixos fundamentais para sua análise: o sociocultural, o educativo (curricular) e o psicológico. Tais dimensões evidenciam que a arte não se restringe à produção estética, mas se insere nos modos de organização social, nos processos formativos e na constituição subjetiva dos indivíduos.

Sob a perspectiva sociocultural, a produção artística relaciona-se diretamente com os valores, tradições e modos de vida de determinados grupos, funcionando como meio de preservação e também de transformação cultural. Já no âmbito educacional, a arte estabelece diálogos com outras áreas do conhecimento, contribuindo para uma aprendizagem mais integrada e significativa. Por sua vez, a dimensão psicológica evidencia a arte como linguagem da interioridade, por meio da qual o sujeito expressa sentimentos, percepções e modos de se relacionar consigo e com o outro.

Essa compreensão ampliada permite reconhecer que a arte, ao longo do tempo, deixou de ocupar um lugar marginal para assumir relevância enquanto forma legítima de conhecimento. Se em determinados períodos históricos foi tratada como elemento secundário, hoje se compreende seu papel fundamental na leitura das dinâmicas sociais e na interpretação das transformações culturais.

Sob esse enfoque, Ernst Fischer (1983) ressalta que a arte exerce função essencial na compreensão da realidade social, ao afirmar que ela contribui para tornar visíveis relações que, muitas vezes, se apresentam obscurecidas no cotidiano. Em suas palavras:

> papel de clarificação das relações sociais, [...] papel de iluminação dos homens em sociedades que se tornavam opacas, [...] papel de ajudar o homem a reconhecer e transformar a realidade social. (FISCHER, 1983, p. 1)

Com base nessa compreensão, a arte pode ser entendida como uma forma de leitura do mundo, capaz de revelar tensões, contradições e possibilidades de transformação. Mais do que um produto estético, trata-se de um meio de comunicação que registra experiências individuais e coletivas, sem que haja a necessidade de estabelecer hierarquias entre diferentes formas de produção artística.

Para que essa compreensão se consolide, é necessário o desenvolvimento de um olhar crítico e sensível diante das manifestações artísticas. Tal postura implica reconhecer a complexidade da arte como campo de conhecimento, evitando reducionismos e ampliando as possibilidades de interpretação e análise..

Desde as primeiras experiências na infância, observa-se que o indivíduo se relaciona com elementos visuais de maneira significativa. O uso de cores, formas e composições revela não apenas preferências estéticas, mas também aspectos emocionais, vivenciais e subjetivos. Essas escolhas constituem formas de expressão que refletem o modo como cada sujeito percebe e elabora suas experiências.

No percurso de elaboração subjetiva, a arte também se apresenta como importante recurso na elaboração das emoções. Diferentes linguagens — como a música, o movimento corporal e a dramatização — possibilitam ao indivíduo externalizar sentimentos e construir sentidos sobre suas vivências. Assim, o corpo, a memória e a experiência se articulam na produção artística, estabelecendo uma relação dinâmica entre sujeito e mundo.

De acordo com Anamelia Bueno Buoro (2000), a arte deve ser compreendida como expressão da relação entre o homem e a realidade, sendo, portanto, parte constitutiva da própria vida:

> Por meio dela o homem interpreta sua própria natureza, construindo formas ao mesmo tempo em que se descobre, inventa, figura e conhece. (BUORO, 2000, p. 25).

Tal perspectiva reforça a ideia de que a arte não é apenas produzida pelo sujeito, mas também o produz, configurando-se como elemento central na construção de sua identidade. As transformações sociais e culturais, nesse sentido, estão profundamente vinculadas às formas de expressão artística, que se reinventam continuamente.

Ainda conforme Buoro (2000), as produções artísticas não surgem de forma isolada, mas estão inseridas em contextos históricos específicos:

> não há descoberta científica ou produção artística sem que existam condições materiais e psicológicas favoráveis ao seu aparecimento. (BUORO, 2000, p. 82).

Desse modo, a criatividade e o imaginário articulam-se em processos que envolvem tanto aspectos individuais quanto coletivos. As produções artísticas, portanto, materializam pensamentos, emoções e experiências, constituindo-se como registros simbólicos que contribuem para a construção de sentido, comunicação e identidade.

ARTE, AUTOESTIMA E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

A constituição da autoestima e da identidade do indivíduo está profundamente relacionada às experiências que favorecem sua capacidade de expressão e reflexão. Nesse sentido, o desenvolvimento de práticas artísticas revela-se um importante mediador na formação do sujeito, uma vez que amplia não apenas suas habilidades expressivas, mas também sua capacidade de análise e compreensão das diferentes formas de comunicação.

Ao estimular o pensamento criativo, a arte ultrapassa o campo estético e passa a influenciar diretamente as formas de convivência, as escolhas cotidianas e os modos de enfrentamento das situações vividas. A criatividade, nesse contexto, não se restringe à produção artística, mas se manifesta como ferramenta fundamental na organização da vida e na resolução de desafios.

Essa relação entre criatividade e constituição do sujeito é evidenciada por Nathaniel Branden (2002), ao destacar que a autoestima está associada a características como autonomia, flexibilidade, capacidade de reconhecer erros e disposição para enfrentamento de dificuldades. Em suas palavras:

> [...] a autoestima saudável está significativamente relacionada com racionalismo, realismo, intuição, criatividade, independência, flexibilidade, capacidade de enfrentar desafios, disponibilidade para admitir (e corrigir) erros, benevolência e cooperação. (BRANDEN, 2002, p. 71).

Sob essa perspectiva, compreende-se que a autoestima não se constitui de forma isolada, mas emerge das interações estabelecidas ao longo da vida. A capacidade de relacionar-se com o outro e reconhecer-se como parte de um coletivo contribui para a construção de um sentimento de pertencimento, fundamental para o equilíbrio emocional e social.

Esse processo envolve tanto dimensões internas quanto externas. Quando o indivíduo consegue articular sua percepção de si com o reconhecimento social, tende a desenvolver maior segurança em suas ações. No entanto, quando há desequilíbrio entre essas dimensões, surgem tensões: a ausência de validação externa pode gerar constante necessidade de afirmação, enquanto o reconhecimento social desvinculado de uma construção interna consistente pode fragilizar a autoimagem.

As manifestações artísticas, ao longo da história, têm sido espaços privilegiados para a expressão dessas complexidades afetivas. Desde os registros mais primitivos até as produções contemporâneas, observa-se que a arte tem servido como meio de externalização de sentimentos, conflitos e experiências humanas, evidenciando a busca constante por compreensão de si e do mundo.

A comunicação artística configura-se como um processo dinâmico, continuamente ressignificado pelas transformações históricas, culturais e sociais. À medida que novas formas de conhecimento emergem, ampliam-se também as possibilidades de expressão e de elaboração das vivências humanas.

A função social da arte é destacada por Káthia Gomes Lugão (2009), ao afirmar que ela possibilita uma compreensão da realidade que ultrapassa o plano abstrato, envolvendo dimensões afetivas e concretas da existência:

> A função social da arte fica nítida à medida que ela transforma e nos traz o conhecimento do mundo, não um conhecimento abstrato, mas afetivo e real. [...] Por meio da arte o sujeito torna-se consciente de sua existência social como fruto de diferentes práticas e relações sociais. (LUGÃO, 2009, p. 29-30).

A partir dessa perspectiva, a experiência artística favorece processos de autoanálise e de reconhecimento das relações estabelecidas com o meio. Por meio dessas interações, o indivíduo passa a compreender melhor suas emoções, seus vínculos e sua inserção no contexto social.

Esse movimento de construção de si é reforçado por Maria Inês Hamann Peixoto (2003), ao afirmar que o sujeito se constitui historicamente nas relações sociais, sendo resultado das práticas coletivas e das interações vivenciadas. Assim, a formação do indivíduo não é dada, mas

construída continuamente ao longo de sua trajetória.

Nesse cenário, as trocas culturais e sociais desempenham papel fundamental na transformação das relações humanas. O contato entre diferentes experiências e perspectivas possibilita a criação de novas formas de expressão e de comunicação, ampliando os repertórios simbólicos e fortalecendo a produção artística.

Dessa forma, a arte se configura como um dos principais meios pelos quais o ser humano constrói sentidos, expressa sua existência e estabelece vínculos com o mundo. Mais do que registros visuais ou produções estéticas, as manifestações artísticas constituem-se como formas de comunicação que evidenciam a necessidade humana de pertencimento, expressão e construção de identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite compreender que a arte, enquanto linguagem simbólica, ocupa um lugar estruturante na constituição do sujeito e na produção de sentidos. Muito antes da consolidação da linguagem escrita, as manifestações visuais já evidenciavam a necessidade humana de registrar experiências, organizar o pensamento e comunicar percepções acerca do mundo. Nesse sentido, a arte revela-se não apenas como expressão estética, mas como forma primordial de elaboração da existência e de mediação entre o indivíduo e a realidade.

No campo educacional, especialmente no contexto da infância, as práticas artísticas assumem papel fundamental no desenvolvimento integral do sujeito. Ao favorecer a expressão de vivências, emoções e interpretações individuais, a arte contribui significativamente para o fortalecimento do autoconhecimento, da identidade e das relações interpessoais. Além disso, possibilita a construção de significados que ultrapassam a lógica da reprodução de conteúdos, promovendo aprendizagens mais sensíveis, críticas e contextualizadas.

Dessa forma, torna-se evidente que a arte não pode ser reduzida a um elemento complementar ou periférico no processo educativo. Ao contrário, ela se configura como linguagem estruturante da aprendizagem e da leitura de mundo, ampliando as possibilidades de interpretação da realidade e favorecendo a formação de sujeitos mais autônomos, reflexivos e socialmente implicados. Sua presença nos diferentes contextos formativos contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica, capaz de reconhecer e problematizar as relações sociais e culturais.

Retomando o problema que orientou este estudo — compreender de que maneira as narrativas visuais contribuem para a construção de sentido e para a formação da subjetividade —, observa-se que tais linguagens desempenham papel central nesse processo. Ao articularem expressão, comunicação e simbolização, as narrativas visuais possibilitam ao sujeito não apenas interpretar o mundo, mas também posicionar-se frente a ele, construindo leituras próprias e significativas da realidade.

Por fim, conclui-se que a valorização da arte, especialmente no âmbito educacional, constitui um movimento necessário para a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua inserção histórica e social. Ao reconhecer a arte como linguagem de conhecimento e de

construção de sentido, abre-se espaço para práticas pedagógicas mais inclusivas, sensíveis e transformadoras, capazes de dialogar com a complexidade das experiências humanas e com as múltiplas formas de expressão que caracterizam a contemporaneidade.

Espera-se que as reflexões apresentadas contribuam para novas investigações acerca da arte enquanto linguagem constitutiva da experiência humana, fortalecendo sua presença nos processos educativos e ampliando o reconhecimento de seu papel na formação integral do sujeito.

REFERÊNCIAS

BRANDEN, Nathaniel. **Os seis pilares da autoestima**. Tradução de Vera Caputo. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte.** Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

BUORO, Anamelia Bueno. **O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CERQUEIRA, Teresa Cristina Siqueira. **Estilos de aprendizagem em universitários**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **Por que arte-educação?** 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

IAVELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LUGÃO, Káthia Gomes. **O ensino da arte no desenvolvimento integral do indivíduo: conhecer a si próprio**. 2009. Monografia (Especialização) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2009.

PEIXOTO, Maria Inês Hamann. **Educação e arte: um nexo categórico**. Revista Artforum Internacional, 2003.

RAMOS, José Junior. **Personalidade**. São Paulo: Sarvier, 1991.

PICCININ, Priscila Vendrame. **A intencionalidade do trabalho docente com crianças de zero a três anos na perspectiva histórico-cultural**. 2012. Trabalho acadêmico – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

SANS, Paulo de Tarso Cheida. **Pedagogia do desenho infantil**. São Paulo: Átomo, 2001.